

**O “exército político” brasileiro:
faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985**

Kees Koonings¹

Os “exércitos políticos” podem ser definidos como forças armadas que consideram a intervenção na política nacional e no governo da nação como algo normal, senão como parte central de sua vocação institucional e profissional (Koonings & Kruijt 2002:1). Os exércitos políticos foram, historicamente, atores-chave nos processos de formação do Estado e da construção da nação em todo o mundo. Na América Latina, a ascensão dos exércitos políticos desde o final do século XIX foi integrada no processo de expansão econômica, diferenciação social, modernização, consolidação do Estado e profissionalização dos militares (Rouquié 1989).

O Brasil é considerado por muitos um exemplo clássico desses militares na América Latina e mesmo no mundo (Castro 2002; Rouquié 1989; Stepan 1971, 1988). Os militares brasileiros como poder institucional foram agentes políticos ativos desde antes da queda da monarquia. “Homens a cavalo” encontravam-se entre os primeiros presidentes da República Velha. Durante os anos 1920, o movimento “tenentista” inaugurou a socialização política de uma nova geração de oficiais ativistas que aspiravam transformar a ordem oligárquica dos fazendeiros e bacharéis. Essa geração desempenhou um papel ativo, senão decisivo, na Revolução de 1930, um levante político-militar que levou Getúlio Vargas ao poder. No decorrer dos ciclos subsequentes de corporativismo, autoritarismo e democracia populista no período 1930-1964, os militares ativistas envolveram-se quer na política de Vargas e de seus herdeiros políticos, quer em movimentos que se opunham a ele. Uma sequência de intervenções militares de 1945 a 1964, algumas bem sucedidas, outras abortadas, consolidou o papel político de um exército político não-dirigente (em um sentido similar à situação da Turquia; ver Güney 2002).

Isso mudou em 31 de março de 1964. Nesse dia, foram executados os primeiros movimentos de um golpe de Estado (que os militares persistentemente chamaram de “revolução”) que levaria à derrubada e ao exílio do presidente legítimo João (“Jango”) Goulart. Os militares brasileiros estabeleceram um regime que duraria quase 21 anos. Esse regime foi o único entre seus homólogos sul-americanos daquela época em que o poder militar foi integrado a, ou erguido sobre, fundamentos institucionais e políticos que existiam

¹ Universidade de Utrecht

antes do golpe. Enquanto as estruturas existentes, formalmente democráticas, permitiram o controle estreito *de facto* da política nas mãos dos militares, elas foram úteis, fornecendo um grau de legitimidade considerado crucial pelos militares e seus aliados civis. Mas quando as estruturas existentes foram percebidas como obstáculos ao controle militar do Estado e da política e ao trato “adequado” com a oposição política, civil e armada, elas foram postas de lado, juntamente com peças pseudo-legais, ou simplesmente ignoradas (Alves 1985). Porém, a mais notável característica do regime brasileiro – um aspecto que foi crucial para a importância e a visibilidade particulares do faccionalismo – foi a manutenção dos mandatos presidenciais formais e um ritual de candidatos militares e “eleições” pelo Congresso para determinar a sucessão presidencial. Esse sistema só chegou ao fim com a eleição direta, por sufrágio universal, de Fernando Collor de Mello à presidência em 1989.

Essa natureza específica do regime de 1964-1985 significava que os militares necessitavam de estratégias políticas sofisticadas para consolidá-lo. O resultado foi uma “situação autoritária” militar-civil complexa que revelou, com muita clareza, os fatores que influenciaram a formação e a evolução dos militares enquanto ator político específico. O longo período de governo militar no Brasil foi caracterizado, sobretudo, pela existência de facções no interior da parcela politicamente ativa das forças armadas. Essas facções assumiram posições diferentes durante o regime militar, o qual pode ser decomposto em um certo número de estágios, cada um com sua dinâmica política própria. A mudança da situação política – da intervenção pelos militares e consolidação de sua “revolução”, através do fechamento do regime e da repressão, para uma gradual liberalização e, no final, redemocratização – foi em parte moldada e reforçada pelas diferenças dentro da instituição militar, assim como pela natureza e pela extensão do seu envolvimento político.

Para analisar o caso brasileiro, eu distingo uma facção “moderada” e uma facção “linha-dura” no interior do escalão superior das forças armadas². E relaciono a posição de cada uma dessas duas facções dentro do regime autoritário com os ciclos que a ditadura atravessou entre 1964 e 1985: o golpe de Estado e a consolidação do regime ao estilo moderador (1964-1967); o período de repressão e fechamento do regime (1967-1974); e a transição promovida “de cima”

² Relatos muito interessantes, feitos por oficiais militares que participaram, de várias maneiras, do regime 1964-1985 estão reunidos em D’Araujo, Soares e Castro (1994a, 1994b, 1995), que estabelecem uma distinção quanto aos estágios do regime também adotados neste capítulo. Além disso, consultei entrevistas com os generais Golbery do Couto e Silva e Médici em *Veja* (nº 819, 16 de maio de 1984), o extenso depoimento dado pelo general Ernesto Geisel in D’Araujo e Castro (1997), bem como artigos nas revistas *Veja*, *Senhor*, *IstoÉ/Senhor* e *IstoÉ*. Uma versão anterior dessa análise apareceu em Koonings (2001). Desde então, um novo e importante material foi colocado à disposição na obra máxima de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004) que documenta os anos 1964-1979 do regime com riqueza de detalhes, recorrendo a um grande número de entrevistas primárias e abundante material de arquivo.

(1974-1985). Porém, antes de discutir esses ciclos mais detalhadamente, eu me deterei brevemente nos conceitos de exércitos políticos e de faccionalismo militar, especialmente na América Latina, e nas características básicas do regime militar brasileiro e de suas facções.

O conceito de Exércitos políticos e o problema do faccionalismo

Durante as décadas de 1960 e 1970, foram avançadas algumas abordagens para explicar o militarismo na América Latina com base em relações societárias mais amplas e em processos que foram considerados como estando na origem dos governos militares. Três perspectivas influenciaram de forma particular esse debate: as abordagens da “modernização” (Lieuwen 1961; Johnson 1964), da “hegemonia de classe” (Nun 1967) e do “autoritarismo dependente” (O'Donnell 1973; Collier 1979). Contudo, todas elas compartilham uma falha comum, na medida em que não são capazes de oferecer uma visão integrada ou completa sobre a interação entre a dinâmica interna das próprias instituições militares e os processos mais amplos da mudança socioeconômica e política nos países da América Latina. Ao invés de produto de forças históricas e estruturais “anônimas”, os militares são um ator político, com uma ideologia, missão, estratégias e alianças. Tomo como ponto de partida a constituição dos militares como um “ator político” por seus próprios méritos. Para tal, devemos levar em conta as maneiras pelas quais foi transformado o papel institucional dos militares como um todo, vindo a assumir a tarefa política e moral de guardião dos interesses nacionais e, a partir daí, diretamente o poder político. Isso significa encará-los como “exércitos políticos”.

O fundamento de qualquer exército político encontra-se na construção da nação. Os exércitos políticos se atribuíram a tarefa de construir e proteger a nação contra qualquer ameaça, externa ou interna. Isso quer dizer que os exércitos políticos alimentam uma forte identificação com a essência e o destino da nação. Especialmente em países onde o alcance institucional do Estado (em seu sentido weberiano clássico) é fraco e onde o antagonismo social e político interno desafia uma política civil duradoura e estável, os militares reivindicam o papel de únicos guardiães da nação. Isso está baseado, geralmente, numa autodefinição de superioridade com relação aos agentes e às instituições civis, não apenas em termos históricos e morais, mas também em um sentido operacional: o envolvimento militar na política e no governo é necessário para superar os perigos da inadequação civil, sobretudo em tempos de crises nacionais (Koonings & Kruijt 2002). Conforme argumento levantado por Hayes, essa orientação pode assumir a forma de uma verdadeira “mística”, que ele define, para o caso brasileiro, como “...um complexo de crenças semi-míticas de natureza genérica, que se

formaram em torno do Exército, imbuindo-o de importância transcendental e esotérica” (Hayes 1989:5). Essa importância é traduzida na política corrente, atribuindo aos militares a tarefa de perseguir os chamados “objetivos nacionais permanentes” (Loveman 1994). Rial (1990:9) enfatiza a autodefinição das forças armadas latino-americanas como “instituições nacionais”, o que significa que o seu papel vai bem além da prosaica tarefa de defender o território nacional contra ameaças externas. Essa suposição confere aos militares um papel mais ou menos autônomo e legítimo na vida política nacional. É sua missão preservar a ordem nacional e guiar a nação para seu destino manifesto. Nesse sentido, a nação, e particularmente o Estado, devem ser protegidos contra seus inimigos domésticos, entre os quais podem, às vezes, ser incluídos os políticos civis “ineptos”.

Um elemento central nessa tarefa é garantir a integridade do Estado, geralmente, mas não necessariamente, em conexão com a preservação da ordem social existente. Deve-se entender, nessa conexão, que os militares latino-americanos profissionalizados configuram uma entidade corporativa forte, relativamente isolada da sociedade civil e da cultura cívica, contando com formas próprias e específicas de organização, hierarquia, socialização e lealdades, e não sendo muito sensíveis a valores como consenso, igualdade e democracia. Ao contrário, os exércitos políticos desenvolvem uma perspectiva sobre o envolvimento político e administrativo que deriva de seu meta-discurso sobre o nacionalismo, traduzido em doutrinas e diretivos para os militares considerados enquanto instituição profissional e corporativa. Stepan (1971, 1976) avança a noção de “novo profissionalismo”, que significa que um alto nível de sofisticação profissional pode levar precisamente àquilo que ele chama de “ampliação do papel militar”. Os pontos de partida dessa nova doutrina são concepções convencionais do papel dos militares na defesa da nação. Esse papel pressupõe uma clara noção de “ameaça” e de “inimigo”, relacionada a um conceito geopoliticamente inspirado de integridade e segurança nacionais. Como Stepan demonstra para o caso do Brasil, a doutrina militar deslocou-se gradualmente da concepção convencional de um inimigo externo e de uma integridade nacional geograficamente definida para a percepção de um inimigo interno que ameaça a integridade sócio-política e ideológica (“moral”) da nação.

Ademais, um grau adequado de autonomia na estratégia em seu conjunto dos militares inspirou a noção do “quase-partido militar”. Os militares estariam organizados no interior da sociedade política em torno de um projeto econômico e político claro, por eles concebido enquanto elaboravam uma estratégia para alcançar o poder de Estado com base em uma ideologia legitimadora (Andrade 1977). Rouquié (1989:271) afirma o seguinte, a esse respeito: “Os exércitos que regularizaram sua participação dessa maneira constituem forças políticas

genuínas, cujo funcionamento é afetado por sua natureza e seu objetivo manifesto”. Sua natureza significa hierarquia, comando autoritário e estratégias contra inimigos internos; seu objetivo manifesto é salvaguardar o Estado.

Essa abordagem, embora represente um passo importante que vai além das perspectivas culturalista ou estruturalista sobre o envolvimento político dos militares, corre o risco de ver os militares enquanto ator político de uma forma mais coesa ou monolítica do que, na maioria das vezes, eles são de fato. Contudo, a metáfora do “quase-partido” implicaria faccionalismo, fissuras e disputas internas. Esse faccionalismo tende a ser exacerbado quando os militares têm o controle do poder de Estado: algo está realmente em jogo, em disputa. É difícil, teoricamente, identificar com exatidão os mecanismos e as fraturas que dão origem às facções militares e definem a natureza específica de cada uma delas. Muito dependerá de situações que envolvem questões-chave, tais como a trajetória histórica da socialização política dos militares, a natureza dos conflitos ou crises que desencadearam a intervenção, o grau de “ser estado” (*stateness*), a relativa solidez ou fraqueza das instituições políticas, o arranjo de “amigos e inimigos” disponível aos militares etc. É útil, nesse ponto, observar que o faccionalismo militar no interior dos exércitos políticos é sempre relativo, uma vez que integra-se num quadro geral dominante de unidade e coesão. No caso da América Latina, e do Brasil em particular, essa estrutura coesa consiste de três camadas: a meta-ideologia do nacionalismo e do patriotismo, a orientação ideológica compartilhada do “anticomunismo” e, especialmente importante, a compulsão da unidade institucional e da integridade hierárquica das forças armadas. Os mecanismos para as divisões e o dissenso no interior dos exércitos políticos devem ser avaliados nesse contexto. O faccionalismo, especialmente no caso do Brasil, tinha menos a ver com algum desacordo fundamental relacionado a essa estrutura coesa do que com divisões intra-institucionais, percepções diferenciadas do exercício do poder (especialmente no campo da repressão) e mesmo com posições variadas nas redes de afinidade e lealdade pessoais no interior da corporação militar, bem como entre os militares e atores “de fora”, como os políticos e os tecnocratas.

O regime militar brasileiro e suas facções uniformizadas

As raízes do regime militar de 1964-1985 podem ser encontradas no desenvolvimento gradual de uma instituição militar intervencionista, que teve início já em 1889. Ao longo de todo o século XX, os militares brasileiros desempenharam um papel ativo no cenário político nacional. As forças armadas transformaram-se num “quase-partido”, como foi sugerido na seção anterior. O

objetivo desse partido militar era influenciar ou tomar parte no governo em nome de um projeto de desenvolvimento e de “grandeza” nacionais. Após o advento da República, em 1889, viabilizada por um golpe militar, o Exército incumbiu-se da tarefa de modernizar a nação, indo muitas vezes contra as oligarquias regionais dominantes. Tendo o Exército comandado a derrubada do imperador Pedro II, os militares assumiram, com todas as suas implicações, o papel de poder moderador que até então fora exercido pelo imperador. Esse papel confiava aos militares a tarefa de garantir a nação e sua ordem constitucional contra todas as ameaças, tanto externas quanto internas, e de intervir com esse objetivo, caso fosse necessário.

Depois de 1950, a orientação política dos militares adquiriu, gradualmente, uma nova dimensão. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, as forças armadas pareciam ter aderido aos princípios democráticos liberais quando obrigaram Getúlio Vargas a deixar o poder, colocando um ponto final na ditadura do Estado Novo (1937-1945). Porém, a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949 e o retorno de Vargas à presidência, dessa vez como um populista eleito em 1950, empurraram os militares lenta, mas firmemente, para uma orientação mais autoritária. Durante os anos 1950, o conceito de “segurança nacional” evoluiu para uma doutrina abrangente, destinada a guiar a estratégia política interna das forças armadas. Esse processo foi amplamente documentado (Alves 1985; Dreifuss 1981; Stepan 1971). Para os propósitos de nossa discussão, é importante observar as suas consequências para o aprofundamento da orientação política dos militares. O elemento central era a fusão dos objetivos e estratégias militares e políticas em relação aos assuntos internos. A meta do desenvolvimento nacional e as tarefas envolvendo uma administração pública eficiente foram vistas como cruciais para a segurança nacional, dado que esta se encontrava necessariamente assentada na plena capacidade de mobilizar os recursos econômicos, políticos e “morais” da nação. Ao mesmo tempo, considerava-se que esse interesse vital estava sendo ameaçado pela crescente radicalização de setores populistas e de esquerda. Portanto, a construção do conceito de “inimigo interno” tinha como alvo não apenas uma oposição armada aberta (ausente, em grande medida, antes de 1964), mas também qualquer um que se opusesse à modernização capitalista conservadora, à estabilidade do Estado e à integridade da sua corporificação – as forças armadas.

No final, essa orientação conduziu à intervenção militar de março de 1964, quando se chegou à conclusão de que o governo de João Goulart havia definitivamente caído nas mãos dos radicais, à medida que o próprio governo atravessara as fronteiras da legalidade como definida pelos militares. De acordo com a Constituição de 1946, isso conferia às forças armadas o direito, se não a obrigação moral, de intervir. A expectativa era que um golpe, no estilo moderador “clássico”, abriria o caminho para a instalação de um governo civil antipopulista. Contudo, entre

1964 e 1967, a decisão dos generais resultou, finalmente, na instalação de uma dominação militar de longo prazo, que reformou o Estado de tal maneira que os objetivos tanto do desenvolvimento nacional quanto da eliminação dos inimigos internos podiam ser perseguidos (Alves 1985).

O aprofundamento do autoritarismo de 1968 em diante teve lugar após um curto período de relativa abertura política, endossado por Castello Branco, o primeiro presidente militar. Contudo, durante o ano de 1968, a resistência social e política contra o regime militar cresceu. Naquele ano, estudantes e operários aumentaram a escala das manifestações de protesto e das greves, enquanto os políticos opositores tentavam organizar uma ampla aliança anti-autoritária denominada Frente Ampla. Essa aliança uniu políticos de diferentes filiações, dos conservadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto aos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e ao populista radical Leonel Brizola. A Frente Ampla inspirou uma postura mais afirmativa por parte do Congresso contra as arbitrariedades perpetradas pelos militares detentores do poder. O regime reagiu, perseguindo lideranças estudantis e operárias, suspendendo os direitos de políticos de oposição e proibindo as atividades da Frente Ampla.

Esses desafios ao regime militar levaram a um novo ciclo de militarização da política. No final de 1968, a construção de um sistema tutelar foi completada com a promulgação do quinto ato institucional (AI-5). Esse ato conferiu ao Executivo – aos militares, por conseguinte – poderes quase ilimitados para controlar o Congresso, suspender os direitos políticos e perseguir políticos suspeitos sem *habeas corpus* e sob lei militar. Esse último dispositivo foi detalhado mais tarde pela Lei de Segurança Nacional de 1969, que ampliou consideravelmente a definição das atividades consideradas crimes contra a segurança nacional. Como resultado disso, uma estrutura elaborada e quase legal foi implementada, permitindo aos militares intensificar ações repressivas contra quaisquer inimigos internos identificados enquanto tais. De 1969 em diante, o regime militar entrou em sua fase mais violenta, sob a junta interina que substituiu Costa e Silva depois que este ficou doente e durante a presidência do general Emílio Médici (1969-1974).

A escolha de Ernesto Geisel como presidente para o período 1974-1979 representou uma nova mudança na estratégia política do regime militar. A política brasileira de 1974 em diante pode ser vista, na realidade, como uma prolongada transição para a democracia. Embora tenha sido iniciado e regulado pelos próprios militares, o processo terminou num período tumultuado, mas pacífico, de manifestações populares contra o domínio militar que contribuiu para a ascensão ao poder dos civis da Aliança Democrática em 1985. A base para esse sucesso foi a persistente adesão da oposição à agenda eleitoral, combinada com a crescente mobilização popular da sociedade civil, o que levou, depois de 1982, à construção de uma alternativa viável

ao regime militar. Visto que o militarismo brasileiro pós-1964 preservara, pelo menos nominalmente, algumas das instituições da democracia formal – a saber, eleições, partidos e corpos legislativos –, a transição não foi apenas liderada pelo regime, mas também, como salientou Lamounier (1989), motivada pelas eleições: o oposicionista MDB saíra vitorioso nos pleitos de 1974, 1976 e 1978. Ao mesmo tempo, organizações ligadas à oposição ganharam espaço na sociedade. Sindicatos, a Igreja, organizações legais (tais como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), o movimento estudantil e outras organizações de base tornaram-se ativas na denúncia do regime militar, de seu autoritarismo e arbitrariedade, de seu legado de exclusão social, de suas violações dos direitos humanos. Esses chamados novos movimentos sociais e o novo sindicalismo, que emergiram durante a segunda metade da década de 1970, apoiaram o avanço político das forças anti-regime. E, nesse avanço, as eleições de 1982 (para o Congresso, governos e legislaturas estaduais) foram cruciais, uma vez que registraram conquistas eleitorais da oposição que viriam a ameaçar o controle do regime sobre o Colégio Eleitoral para a sucessão presidencial de 1985. O processo de mobilização social e política alcançou seu clímax durante as demonstrações de massa ocorridas em 1984, em prol da realização de eleições diretas para a presidência (Diretas Já). Esse movimento combinou-se, de forma efetiva, com a insatisfação popular com o mando militar e com a arbitrariedade política, bem como com a má situação econômica da época e com a maneira como ela era enfrentada. Enquanto um setor social após o outro iam se agrupando sob a bandeira da oposição (incluindo a classe média urbana e as elites empresariais), a escolha, em janeiro de 1985, do novo presidente pelo Colégio Eleitoral (integrado pelo Congresso e mais certo número de deputados estaduais) deixou claro o apoio da maioria ao candidato do PMDB, Tancredo Neves. Durante os meses que antecederam a eleição indireta, os partidos oposicionistas PMDB e PFL (uma cisão do PDS) formaram a Aliança Democrática (AD) para reforçar a candidatura de Tancredo e chegar a um entendimento com os militares.

A distinção entre moderados e a linha-dura detectada entre os militares brasileiros pode ser traçada desde o início do período do mando militar, i.e., durante os meses que se seguiram ao golpe de 31 de março de 1964³. Na verdade, a formação da corrente moderada estava ligada às atividades da Escola Superior de Guerra (ESG), onde, após sua fundação em 1949, foram elaborados os princípios básicos da doutrina de “segurança e desenvolvimento”. Por esse motivo, os moderados também foram designados, com frequência, como “sorbonistas”, em referência ao

³ Ver especialmente Alves (1985); D’Araújo, Soares e Castro (1994a, 1994b, 1995); Stepan (1988); Velasco e Cruz e Martins (1983). Estes últimos distinguem, na realidade, quatro facções (moderados, a linha-dura, nacionalistas de direita e comandantes de tropa), mas as duas primeiras foram as mais destacadas politicamente.

grupo de militares intelectuais formados na ESG. Eles foram igualmente chamados de “legalistas” ou “institucionalistas”, por atribuírem importância ao enquadramento legal e institucional da legitimidade e da credibilidade do mando militar. Embora isso não seja necessariamente a mesma coisa do que ser “pró-democrático”, o projeto dos “sorbonistas” acabou abrindo as portas para uma transição democrática gradual entre 1979 (a suspensão do AI-5) e 1988 (a promulgação da atual Constituição democrática). Os moderados constituíram o núcleo do “quase-partido” militar. Eles desenvolveram a doutrina político-militar em seu conjunto e estavam inclinados a priorizar reflexões relacionadas à estabilização, no longo prazo, da política brasileira sob a orientação dos militares. No final das contas, alguma forma de legitimidade democrática tinha de ser estabelecida para esse objetivo ser alcançado.

Os linha-dura parecem dar menos atenção às nuances institucionais e legais e estavam particularmente voltados para o uso da força e da coerção no intuito de garantir o regime e neutralizar ou derrotar a oposição. Essa facção estava mais propensa a usar um discurso belicoso (Koonings 1999). Eles mantinham, geralmente, laços com a tropa (as forças militares de campo e as unidades de combate do Exército, Marinha e Aeronáutica), e, por conseguinte, incluíam, muitas vezes, os comandantes dos quatro Exércitos e das 11 Regiões Militares. A partir de 1967, os linha-dura também contavam com um importante baluarte na chamada comunidade de informações⁴. A facção linha-dura surgiu mais ou menos logo após o golpe, com as primeiras campanhas para neutralizar os adversários da intervenção militar e para implementar operações sistemáticas de limpeza política. Em um mês, os inquéritos policiais-militares (IPM) tiveram início para levar a cabo essas operações. Num momento posterior, sobretudo depois de 1967, os linha-dura podiam ser localizados primordialmente entre os oficiais ligados à comunidade de inteligência e entre os comandantes de tropa e os oficiais de segundo escalão envolvidos nas operações de contra-insurgência promovidas pelos esquadrões do DOI, especialmente em São Paulo (onde o II Exército estava sediado). Os linha-dura demonstravam intransigência com relação à ameaça do comunismo e ao inimigo interno. Eles tendiam a apoiar abertamente o autoritarismo, exibindo um matiz nacionalista conservador, e a dar carta-branca para as

⁴ A complexa e cada vez mais autônoma comunidade de inteligência era formada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), ligado diretamente à Presidência, os serviços de inteligência específicos do Exército, Marinha e Aeronáutica (CIE, Cenimar e CISA, respectivamente), e as unidades operacionais mistas DOI-CODI, ativamente envolvidas na contra-insurgência. O CIE (Centro de Informações do Exército) foi um órgão particularmente influente, encontrando-se sob as ordens diretas do ministro do Exército e de importância central na “luta anti-subversiva”. Ver Alves (1985); Arquidiocese de São Paulo (2000); D’Araujo, Soares e Castro (1994b); Stepan (1988).

operações de contra-insurgência. Sua lógica chegava perto de uma estreita subordinação da política às táticas e aos procedimentos militares.

De certo modo, essas duas facções constituíam dois pólos de atração presentes ao longo de todo o período de dominação militar. Embora um ou outro tenham gozado de predomínio relativo durante os diferentes estágios da ditadura, nenhum dos dois pôde ser ignorado em qualquer das conjunturas registradas entre 1964 e 1985. O problema permanente que o regime enfrentou internamente durante os sucessivos governos militares foi como reconciliar essas duas facções, uma vez que qualquer falha nessa direção poderia ter colocado em risco a estabilidade do regime ou a unidade e a integridade das forças armadas, ou mesmo ambas.

A Revolução de 1964: “sorbonistas” contra a linha-dura

Os militares chegaram ao poder em março de 1964, à frente de uma ampla coalizão golpista, que incluía políticos antipopulistas de direita, da UDN, interesses empresariais diversos, tecnocratas e lobistas (Dreifuss 1981). Essa coalizão contava com considerável apoio das classes médias urbanas que temiam os desdobramentos de uma reforma social duvidosa e a radicalização política resultante das táticas empregadas pelo presidente João Goulart. Pode-se pensar também que a ameaça colocada pela crescente influência dos “comunistas radicais” à própria integridade das forças armadas enquanto corporação foi o fator decisivo para desencadear o golpe militar. Embora algumas vezes sejam feitas referências à natureza centralizada e premeditada da intervenção, muitos observadores militares da época eram de opinião de que o golpe poderia ter sido evitado se o governo Goulart tivesse procurado parecer “menos visivelmente esquerdista” e garantir os princípios da unidade e da disciplina militar. O general Moraes Rego, que acabara de ser promovido a coronel por ocasião do golpe, afirmou que um dos momentos decisivos foi a participação do presidente Goulart na demonstração de massa em prol das reformas de base, ocorrida em março de 1964, no Rio de Janeiro, em frente à estação ferroviária da Central do Brasil:

Eu estava a uma centena de metros do palco onde Jango [João Goulart] estava, ali, em frente da Central. Se ele não tivesse aparecido (...). Uma declaração anticomunista feita por Jango, uma chamada em favor da disciplina, contra a subversão e a falta de disciplina que já estava presente dentro das forças armadas, o teriam mantido no cargo por mais tempo⁵.

⁵ General Moraes Rego in D'Araujo *et al.* (1994a: 40).

Outros, porém, estavam inclinados a colocar a percepção da ameaça numa perspectiva mais ampla, sem deixar, porém, de mencionar a questão da integridade da corporação militar. O general Ivan de Sousa Mendes, que viria a ser o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo do civil José Sarney em 1985, relembra:

...não se tratava apenas da hierarquia militar, não. Era a própria hierarquia republicana que estava em jogo. O respeito pelas autoridades constituídas. Tudo que tinha sido colocado de cabeça para baixo⁶.

Para muitos oficiais militares, o medo da ameaça do comunismo não era inspirado primordialmente pela posição ideológica conservadora, prevaiente no interior das forças armadas, mas sim pela noção de que a radicalização comunista colocaria a integridade das forças armadas – e, por conseguinte, da nação – em perigo. A memória do papel dos militares comunistas no levante de 1935 da comunista Aliança Nacional Libertadora (ALN) alimentava esses temores. Por sua vez, muitos civis, ligados à antipopulista UDN e à comunidade empresarial, reivindicavam a intervenção. Sua expectativa era que um golpe “clássico” moderador, ou tipo veto, abria o caminho para a instalação de um governo civil antipopulista.

Um primeiro choque entre as facções – um confronto entre os “militares revolucionários” e os militares leais ao governo de João Goulart – passível de ocorrer em uma conjuntura de golpe, de fato não aconteceu. A adesão do general Amaury Krueel, comandante do II Exército, ao golpe foi fundamental. Krueel era amigo pessoal de Goulart e considerado parte do seu “dispositivo militar” (base de apoio ao governo entre os militares). O “dispositivo militar” foi efetivamente desmantelado (Gaspari 2002a: 87 e seguintes; Neto 2004: 245 e seguintes).

Duas semanas depois da tomada do poder pelos militares, um Congresso “saneado” elegeu o marechal Castello Branco para ocupar a presidência declarada “vaga”, para dar continuidade e completar o mandato originalmente conquistado por Jânio Quadros nas eleições de 1960. Castello era o líder do grupo de oficiais ligados à ESG e, por conseguinte, um destacado “sorbonista”. Por ocasião do golpe, ele não era apenas um dos mais antigos generais quatro-estrelas (general-de-exército) – comandante do Estado-Maior do Exército (EME) –, como também um dos mais ativos articuladores entre os militares, os políticos anti-Goulart e setores da elite (empresários). Sua indicação para a presidência pode ser vista como uma confirmação da noção de que o golpe era o resultado de uma estratégia do “quase-partido” militar e de seus aliados. As metas seriam então restaurar a ordem, relegitimar o sistema político e colocar em

⁶ General Ivan de Souza Mendes in D'Araujo *et al.* (1994a: 143).

movimento um processo revitalizado de desenvolvimento econômico nacional. Castello recebeu sólido apoio dos políticos anti-Goulart. Em outras palavras, os moderados pareciam ter adquirido o papel dominante no novo regime. Isso foi confirmado pela inclusão de dois outros proeminentes “sorbonistas” no governo de Castello: o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar de Castello, e o general Golbery do Couto e Silva, criador e primeiro comandante do SNI. Na realidade, Castello sempre afirmou que valorizava a legitimidade conferida à sua presidência, obedecendo e “respeitando” as instituições políticas da ordem constitucional existente, tanto quanto possível (depois de ter justificado a intervenção com o Ato Institucional nº 1). As regras do jogo incluíam, naquela conjuntura, as eleições para os governos estaduais em 1965 e para o Congresso e para a presidência em 1966. Em 11 de abril de 1964, Castello, apresentado pelos militares ao Congresso expurgado para ser ratificado como presidente, recebeu 361 votos, o que significava, na prática, uma esmagadora maioria. Alguns dias depois, ele jurou defender e honrar a Constituição: “Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos, que refletem a alma brasileira”⁷.

Todavia, desde o começo, Castello teve de levar em conta as posições da linha-dura. Essa facção entrou em cena diretamente após o golpe. Eles tentaram assumir o controle da “Revolução”, começando imediatamente a implementar os expurgos políticos. Sua figura de maior destaque veio a ser o general “de quatro-estrelas” Arthur da Costa e Silva, designado ministro do Exército sob a presidência de Castello. Costa e Silva, ex-comandante do II e do IV Exércitos, fora colocado de lado por Goulart. Durante os eventos de 31 de março-1º de abril de 1964, ele rapidamente aproveitou a oportunidade para se autoproclamar comandante de todo o Exército e mesmo da Revolução enquanto tal (Gaspari 2002a: 109-120), baseado na alegação de que era o mais antigo membro do Alto Comando Militar presente no Rio de Janeiro naquele momento. Embora Costa e Silva não tenha conseguido impedir que Castello se tornasse o primeiro presidente militar do regime, atuou no sentido de se impor como ministro da Guerra (mais tarde, esse poderoso ministério passou a se chamar Ministério do Exército). Nessa posição, passou à condição de principal mediador do “sentimento revolucionário” dos militares. Sua posição era a de que os próprios militares intervencionistas deveriam ser a fonte de legitimidade do regime, e não as instituições e as práticas que existiam antes do golpe.

Depois das eleições de 1965, nas quais os partidos oposicionistas Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram bem sucedidos, a pressão da linha-dura cresceu, levando à promulgação do Ato Institucional n. 2 (AI-2), que incluiu a

⁷ Citado in Neto 2004: 269.

suspensão das eleições diretas para a presidência e a extinção dos partidos políticos então existentes. De 1966 em diante, a facção linha-dura ganhou gradualmente espaço. Isso ficou evidente com a indicação, no interior das forças armadas, do general Costa e Silva como candidato presidencial, contra a vontade dos moderados. De fato, Castello e Geisel envidaram esforços para conter a ascendência de Costa e Silva no interior do regime ou mesmo afastá-lo, mas sem resultados⁸. E embora Costa e Silva inicialmente parecesse permitir uma certa liberalização do regime, as crescentes manifestações da oposição social e política (especialmente após o começo de 1968) fortaleceram a posição dos militares linha-dura para colocar a ordem legal de lado e criar condições para uma manobra autoritária. Isso veio com o AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Fechamento e repressão (1967-1974)

Após a promulgação do AI-5, os eventos se sucederam rapidamente, numa atmosfera de tensão e crise crescentes. Um ingrediente era a intensificação das violentas ações oposicionistas contra o regime (tais como o sequestro do embaixador norte-americano); outro foi a repentina doença de Costa e Silva em agosto de 1969. Enquanto uma junta formada pelos três ministros militares assumia o poder – impedindo que o vice-presidente civil Pedro Aleixo, que anteriormente se recusara a assinar o AI-5, assumisse a presidência, conforme previa a Constituição –, a corporação militar iniciou um curioso processo eleitoral interno a fim de escolher um novo presidente militar. Essa disputa entre 113 generais de três e quatro estrelas do Alto Comando foi dominada pela linha-dura e resultou na candidatura do general Emílio Médici, cuja ratificação por um Congresso “amordaçado e atado” era algo líquido e certo⁹.

O governo Médici representou a consolidação da predominância da linha-dura no interior do regime. De 1969 a 1974, a prioridade política dos militares foi esmagar a ameaça da subversão comunista. Ao mesmo tempo, a supervisão da economia foi inteiramente confiada a um grupo de ambiciosos tecnocratas civis, liderados pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto. A lógica da guerra começou a dominar a agenda política, enquanto o partido de oposição, o MDB, passou a considerar a decisão de autodissolver-se em face do fechamento efetivo da arena política pelo regime. Concomitantemente, foram lançadas as bases para a crescente

⁸ Costa e Silva foi “eleito” pelo Congresso em outubro de 1966 com os votos da recém-criada Aliança Renovadora Nacional (Arena). O partido da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), absteve-se.

⁹ Ver *IstoÉ* n.º 1219, 10-2-1993 (“A guerra dos generais”, de Maurício Dias); Gaspari 2002b: 105-125.

influência dos órgãos de inteligência e contra-insurgência do regime, que viriam a constituir um esteio duradouro do poder da linha-dura durante o estágio seguinte da liberalização.

Já em 1967, as três forças armadas começaram a estimular a capacidade de seus serviços de inteligência independentes, complementares ao SNI. O mais importante era o Centro de Informações do Exército - CIE. Esse novo órgão foi autorizado a operar separadamente tanto do SNI quanto das seções convencionais “E2” das unidades do Exército regular, reportando-se diretamente ao gabinete do ministro do Exército. Dois anos mais tarde, em 1969, foi construído um dispositivo operacional anti-subversivo (sob supervisão dos comandantes regionais do Exército e do CIE), primeiro em São Paulo, onde a Operação Bandeirantes (OBAN) assumiu a luta contra a oposição (armada) da polícia estadual regular e das forças do Exército. A OBAN situava-se diretamente sob o comando militar do II Exército, recebia recursos da comunidade empresarial paulista e foi autorizada a executar operações sigilosas, incluindo prisões e interrogatórios de suspeitos de atividades subversivas. Em 1970, o aparato de contra-insurgência foi consolidado mediante a formação dos chamados Destacamentos de Operações de Informações - DOI. Essas unidades eram autônomas e incluíam pessoal de todas as forças armadas, as forças policiais, Corpo de Bombeiros etc. A supervisão operacional era exercida pelas Coordenações de Operações de Defesa Interna (CODIs), a fim de contornar a hierarquia e os entraves de comunicação entre os diferentes ramos do aparelho de segurança. O comando formal do sistema DOI-CODI estava nas mãos dos comandantes regionais do Exército.

O tamanho e a força do aparelho de segurança não mantinham nenhuma relação real com o limitado significado da oposição armada. A oposição armada no Brasil nunca alcançou, nem mesmo remotamente, a escala de suas congêneres do Cone Sul (especialmente os Tupamaros, no Uruguai, e os Montoneros, na Argentina), para não falar nos exércitos opositores, ativos na América Central nos anos 1970 e 1980. A oposição armada brasileira era pequena, fragmentada e de curta duração. Ao todo, provavelmente não mais de algumas centenas de homens e mulheres estiveram envolvidos em várias tentativas para organizar a resistência armada contra o regime militar. Ela estava fadada ao fracasso desde o começo, não apenas devido à superioridade militar do Exército brasileiro, mas também devido à falta de unidade e de clareza no interior da própria oposição radical (Alves 1985; Arquidiocese de São Paulo 2000; Mir 1994).

As diversas tentativas de organização da luta armada contra os militares foram uma reação ao fortalecimento da repressão depois de 1968. Por sua vez, essas atividades armadas levaram a uma posterior expansão do aparato de segurança dirigido contra o “inimigo interno”. Especialmente após a criação das unidades da OBAN e do DOI, as operações sigilosas, detenções e tortura nos centros de interrogação clandestinos tornaram-se uma prática rotineira. A

despeito da escala relativamente limitada da oposição armada, a violência da contra-insurgência foi pesada e muitas vezes brutal. Embora a tortura institucional ocorresse amplamente, ao mesmo tempo os comandantes de nível hierárquico superior podiam jurar sua ignorância e, em alguns casos, sua rejeição formal a esses métodos coercitivos. Os militares estravam convencidos de que se enfrentava uma séria ameaça à segurança interna, colocada por um inimigo invisível, que merecia qualquer tipo de retaliação. Essa noção permaneceu incontestada entre os oficiais brasileiros até o presente. Em 1992, por exemplo, o general Leônidas Pires Gonçalves, comandante operacional durante a década de 1970 e mais tarde ministro do Exército no governo Sarney (1985-1990), observou:

... acho que o trabalho do DOI-CODI foi muito bom. E se hoje ele é tão mal falado, devemos isso ainda aos inimigos que estão na mídia, porque 95% das ações do DOI-CODI foram em defesa desse país. (...) Aquilo era luta. Aquilo era guerra¹⁰.

O próprio Médici, em uma rara entrevista à revista *Veja* em 1984, afirmou que ele fora forçado a empregar o Exército em operações de contra-insurgência, porque a polícia não estava à altura da tarefa. Ele lembrou ter dito ao seu ministro do Exército, general Orlando Geisel (irmão de Ernesto Geisel):

Mas somente nossos homens morrem? Então, quando você invade um “aparelho” [um esconderijo da guerrilha urbana], você tem de ir atirando com as metralhadoras. Nós estamos numa guerra, e não podemos sacrificar nossos homens. Mesmo hoje [dirigindo-se ao entrevistador] não há nenhuma dúvida de que era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu livre esse país do terrorismo. Se não tivéssemos aceitado que se tratava de uma guerra, se não tivéssemos agido drasticamente, teríamos terrorismo até hoje¹¹.

Além disso, não somente os responsáveis (conhecidos) pelas ações da oposição armada estavam na mira; a repressão foi desencadeada contra um amplo espectro de organizações políticas e sociais e indivíduos que foram considerados ameaças à segurança nacional. Com efeito, as consequências da repressão no Brasil em termos da geração de um clima geral de arbitrariedade e medo foram muito além do tamanho real da oposição armada ou do *quantum* de violência necessária para reprimi-la. Ao mesmo tempo, muitos brasileiros ou não tinham consciência do terrorismo de Estado ou prefeririam fingir que não sabiam de nada. Os anos das operações mais brutais do regime coincidiram com o chamado “milagre” econômico (1969-1973); o apoio, especialmente entre a classe média, era substancial para o governo Médici. Além disso, os

¹⁰ General Leônidas Pires Gonçalves in D'Araujo *et al.* (1994b:254).

¹¹ Entrevista concedida a A.C. Scartezini, *Veja* nº 819, 16 de maio de 1984, p. 15.

oficiais situados no topo da hierarquia militar sempre negaram que estivessem sido empregadas doses “extraordinárias” de violência e que ocorressem violações sistemáticas dos direitos humanos. Os excessos ou foram negados ou justificados com referência à “guerra”, ou no melhor dos casos, vistos como ações lamentáveis praticadas por pessoal militar de baixa patente.

Deve-se destacar que, no curso desse processo, os órgãos de segurança tornaram-se cada vez mais autônomos e arbitrários, vindo a representar uma fonte de instabilidade (Gaspari 2004:105). Conforme Stepan observa (1988:28), o ritmo da repressão foi até mesmo intensificado depois de 1974, quando os próprios militares proclamaram a vitória final sobre a oposição armada rural e urbana. Assim, a despeito da escala relativamente pequena do confronto armado direto entre os militares e seus oponentes, a intensa polarização política do final dos anos 1960 e início da década seguinte levou ao subsequente fortalecimento da linha-dura no interior do regime. Seus integrantes usavam a estratégia anti-subversiva para legitimar o fechamento do sistema político e o desrespeito aos direitos humanos e civis, referindo-se ao “estado de guerra” que o Brasil estava atravessando naquele período. Isso também contribuiu para a evolução das forças de segurança em direção àquilo que Stepan chamou de “o aparelho repressivo relativamente autônomo do Exército” (1988:28). Essa questão constituiu um fator importante nos problemas enfrentados pela transição gradual para a democracia promovida pelo regime depois de 1974.

O retorno dos moderados e a transição democrática

À primeira vista, parece estranho que Médici tenha apoiado Ernesto Geisel para sucedê-lo em 1974 desde o início do seu próprio mandato (1969-1974). Era de se esperar que a facção linha-dura tentasse perpetuar sua influência no regime depois que o mandato de Médici expirasse. O próprio Médici era incontestável no interior do regime, devido ao *boom* da economia, à derrota da oposição armada e aos níveis satisfatórios de apoio popular ao seu governo. Muitos chegaram mesmo a tentar convencê-lo a aceitar a prorrogação do seu mandato (que Médici recusou), apenas para impedir a candidatura do exuberante, mas inconsistente, general linha-dura Affonso de Albuquerque Lima (Gaspari 2003: 186-190). Não era segredo para ninguém que Geisel na presidência significaria o retorno político de Golbery do Couto e Silva, uma figura vista com profunda desconfiança pela linha-dura. Porém, fatores mais fundamentais tornam o retorno dos moderados mais fáceis de entender. Em primeiro lugar, a esquerda armada revolucionária fora efetivamente esmagada, de modo que uma face mais suave, mais moderada, para o regime

parecia preferível ou pelo menos possível. A isso pode ser acrescentada a crescente percepção de que um terror de Estado, descontrolado e aleatório, estava se tornando um problema. Em segundo lugar, havia a previsão de que os anos do *boom* do “milagre” econômico estavam próximos do fim; condições econômicas menos propícias requereriam um regime mais sintonizado com a base de apoio civil e também mais merecedor de crédito na arena internacional. Em terceiro lugar, o avanço da oposição legal (o MDB) tornava a legitimidade institucional do regime mais importante. Pela primeira vez desde 1964, um político civil da oposição, Ulysses Guimarães, decidia concorrer contra o candidato do regime, a despeito do fato de que as eleições para o Congresso realizadas em 1970 haviam dado à Arena uma sólida maioria contra o reduzido MDB. Por essa razão, Guimarães apresentava-se como o “anticandidato”, consciente de não ter nenhuma chance no processo eleitoral.

Ao nível das manobras políticas, a presença em postos-chave no governo Médici do irmão de Geisel, general Orlando Geisel (ministro do Exército), e do seu “confidente” general João Figueiredo (chefe do Gabinete Militar) era de crucial importância. Esses dois generais foram essenciais para esvaziar a oposição ou alternativas à candidatura de Ernesto Geisel, ou que surgissem alternativas das fileiras da linha-dura. Mas, no fim das contas, a decisão de Médici como “primeiro eleitor”, no estilo do *dedazo* dos presidentes mexicanos do Partido Revolucionário Institucional, pareceu decisiva. Gaspari (2003: 215-216) refere-se a uma conversa que Médici teria tido com o próprio Geisel, em março de 1972:

Eu não fui buscar um general da ativa. O fato de não ter ido buscar um general da ativa demonstra que o país está bem e está evoluindo (...) Você que, por um lado, é general, já está fora há algum tempo. Na administração, na empresa. Não é isso? É um sujeito que também é um empresário. Isso mostra uma evolução, uma transição¹².

Com a eleição de Geisel em janeiro de 1974, os moderados estavam de volta ao poder, preparando o palco para uma gradual, mas ao mesmo tempo, relutante abertura do processo político.

A prolongada transição (Smith 1987) pode ser subdividida em duas fases distintas, coincidindo com as presidências dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo. Por um lado, seus governos significaram o retorno da facção moderada a uma posição de liderança. Isso queria dizer que o problema da repressão era substituído pelo problema da legitimação institucional do regime. Ernesto Geisel foi sempre um destacado general dentro do grupo sorbonista; além do mais, na condição de presidente da empresa estatal de petróleo, a Petrobrás,

¹² Citado do *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972, por Gaspari (2003: 215-216).

tornara-se um tecnocrata bem sucedido. Com Geisel, o general Golbery retornou ao poder, na condição de chefe da Casa Civil, ele, que era o arquétipo do intelectual militar e formulador da estratégia de liberalização conhecida como “distensão”. Figueiredo provaria ser uma figura mais ambivalente: embora posasse como institucionalista, criado na tradição da ESG, foi também chefe da Casa Militar sob Médici e chefe do SNI no governo Geisel.

Por outro lado, Geisel e Figueiredo tiveram de lidar com pressões quase constantes da linha-dura contra o objetivo e o ritmo do processo de democratização. Esses militares estavam presentes dentro do governo, como, por exemplo, o ministro do Exército, general Silvío Frota, no governo Geisel, e os generais Walter Pires, ministro do Exército, e Octávio Medeiros, chefe do SNI, no governo Figueiredo. No entanto, as bases de sustentação da linha-dura devem ser encontradas nos labirintos do aparelho de segurança. As considerações anti-transição desses setores foram moldadas por dois elementos: a continuação da percepção da ameaça colocada por opositores radicais do regime (que acabavam sendo qualquer um que não aderisse à posição autoritária linha-dura), e o medo do revanchismo quando a oposição civil ao regime assumisse o poder, especialmente com relação às violações dos direitos humanos cometidas durante as operações de contra-insurgência. Além disso, certo “gosto pelo poder” tinha se desenvolvido no interior dessa facção durante os anos da repressão¹³.

O peso continuado da linha-dura influenciou de forma marcante o ritmo da transição arriscada pelo regime. Geisel e Golbery enfatizavam a necessidade de um retorno à legitimidade institucional e de se conter a perigosa autonomia do aparelho de segurança. Ao mesmo tempo, eles se recusavam a abolir as peças legais dos anos de repressão, tais como o AI-5, a Lei de Segurança Nacional e as emendas constitucionais autoritárias passadas pela Junta Militar em 1969 durante a doença de Costa e Silva. Geisel limitou-se a desativar temporariamente esses dispositivos, de modo a poder reutilizá-los em momentos de crises – ou seja, um avanço político considerado indevido, feito pela oposição, ou uma agitação “irresponsável” por organizações e líderes populares (Velasco e Cruz e Martins 1983:45-6). Retrospectivamente, Geisel comentou essa estratégia nos seguintes termos:

Era minha ideia, realmente, evitar o uso do AI-5 sempre que possível. Mas então veio a falta de compreensão da oposição. Eu demonstrei, em discursos e atos públicos ... que queria normalizar a situação do país, terminar com a censura à imprensa etc. Eles pensaram que isso era fraqueza e decidiram se lançar ao ataque. Com isso, me obrigaram a reagir. Se eu não tivesse reagido, meu poder teria sido evidentemente enfraquecido e então uma série de projetos que eu queria implementar, inclusive a abertura, talvez tivesse sido impossível¹⁴.

¹³ Agradeço a Celso Castro por essa observação.

¹⁴ General Ernesto Geisel in D’Araujo e Castro (1997: 389-90).

Geisel, assim como Figueiredo, tinha de equilibrar punições e incentivos: as salvaguardas autoritárias só poderiam ser usadas se, ao mesmo tempo, fosse realizado um avanço claro, mas controlado, na frente da transição. Geisel aderiu, portanto, à noção de uma “democracia forte”, que significava um retorno limitado às liberdades civis, garantindo alguma influência política aos partidos e à sociedade civil. Esperava-se, contudo, que os militares atuassem como guardiães da ordem e da estabilidade, tendo um virtual direito de veto no interior do sistema político. Do ponto de vista da facção militar moderada, o processo de distensão enfrentava perigos de dois lados: de uma parte, a possibilidade de que a oposição política civil tentasse usar o espaço aberto pelo regime para acelerar a transição democrática e ir além dos limites da “democracia forte”; de outra, a provável resistência a ser levantada pela linha-dura dentro do regime, principalmente aqueles ligados ao complexo de segurança. Geisel expressou esse dilema no estilo conciso, característico do discurso militar: “Eu tinha de lutar em duas frentes: contra os comunistas e contra os que lutavam contra os comunistas”¹⁵.

A estratégia da transição de Geisel significava permitir uma maior representação de interesses dentro da arena política devido aos problemas econômicos e sociais cada vez mais complexos, acentuando, portanto, a legitimidade de longo prazo do governo militar, enquanto controlava os lados mais obscuros da situação autoritária (Stepan 1988). Sob Geisel, esse progresso pode ser identificado na ampliação do espaço para a política eleitoral, numa adesão oficial cada vez maior às liberdades civis, em alguns avanços no sentido de serem tomadas medidas disciplinares contra os oficiais responsáveis por violações dos direitos humanos e na determinação em bloquear o caminho para o poder da linha-dura através da autoproclamada candidatura presidencial do ministro do Exército Sílvio Frota (que, posteriormente, foi demitido por Geisel, fato sem precedentes durante o regime militar). No apagar das luzes do seu governo, com a transmissão do poder para Figueiredo assegurada, Geisel finalmente sentiu-se seguro para abolir o AI-5 e para negociar uma lei da anistia com a oposição.

Sob Figueiredo, um compromisso formal para restabelecer completamente a democracia foi adotado pelo regime, as liberdades civis foram em geral restauradas, a política partidária foi mais liberalizada e o alcance das eleições foi ampliado, levando a importantes avanços da parte da oposição nas eleições de 1982. Porém, os dois presidentes opunham-se firmemente a que a oposição fizesse uma bem sucedida investida para o poder governamental, para não falar no restabelecimento do ponto central das eleições diretas para a presidência – o voto popular. A

¹⁵ General Ernesto Geisel, in D’Araujo e Castro (1997: 369).

relutância geral, mesmo entre os militares moderados, em abandonar o conceito de uma democracia limitada ou “forte” está presente em uma observação feita pelo general Golbery em 1984. Muito embora, como um verdadeiro “sorbonista”, fosse contra a mudança nas regras do jogo da sucessão presidencial de 1985 que estava escapando do controle do regime, como resultado dos avanços da oposição nas eleições de 1982, das dissidências no interior do partido governista e das pressões da mobilização popular em favor do restabelecimento das eleições diretas para a presidência, ele observou:

É claro que as pessoas querem as eleições diretas. Votar é um desejo forte da sociedade, e por muitas razões: tradição, a vontade natural de participar e mesmo a atração da festa cívica, juntamente com outros interesses, alguns deles difíceis de confessar. As eleições diretas oferecem vantagens, mas também muitas desvantagens e riscos. (...) Os riscos principais encontram-se na demagogia falsa, no oportunismo impulsivo, no carisma irresponsável e na exploração da boa fé e da ingenuidade das pessoas¹⁶.

Esse tipo de declaração ilustra bem o pensamento político dos militares moderados às vésperas da redemocratização. Podemos observar certa sensibilidade para a questão da soberania popular, mas também o medo em relação à quebra da ordem se pessoas irresponsáveis ou oportunistas abusassem da liberdade política. Implicitamente, a condução militar e as regras controladas do jogo não podiam ser negligenciadas.

Contudo, nem todos os militares recorreram à sutileza durante os últimos momentos da ditadura militar. Durante a votação, em abril de 1984, de uma emenda constitucional apresentada por um representante da oposição, Dante de Oliveira, que visava restabelecer as eleições diretas para a Presidência, os militares sitiaram a capital federal, Brasília. Eles temiam que as demonstrações anunciadas pudessem perturbar o clima propício para a votação, isto é, pudessem colocar os congressistas do partido governista sob pressão para votar a favor da emenda. O impulsivo general linha-dura Newton Cruz, à frente do Comando Militar do Planalto, colocou tanques nas ruas e, montado em seu cavalo branco, percorreu as avenidas de Brasília batendo nos capôs dos carros que tomaram as ruas em grande número para dar apoio, sob a forma de um buzinaço, à emenda e contra a arrogante demonstração de força dos militares. De forma mais sigilosa, o pessoal militar ligado à linha-dura fez uma última e desesperada tentativa para impedir a iminente vitória de Tancredo Neves, o candidato oposicionista nas eleições presidenciais indiretas de janeiro de 1985. Os generais atuantes no interior do governo, sobretudo Pires e Medeiros, sustentaram a ideia de uma nova intervenção militar, “uma virada de mesa”, justificada pela “crise” causada pelo fracasso do regime em controlar a sucessão. Parte da

¹⁶ General Golbery do Couto e Silva a Elio Gaspari, *Veja* nº 819, 5 de maio de 1984, p. 9.

manobra consistia em difundir informações falsas sobre as ligações entre Tancredo e o Partido Comunista Brasileiro¹⁷. A astúcia política de Tancredo e seus aliados políticos para neutralizar a crise, associada à resistência ao almejado golpe movida pelas forças legalistas nos escalões superiores das forças armadas, evitaram que o golpe realmente acontecesse em setembro de 1984.

Conclusão

O principal objetivo da discussão precedente sobre o papel dos militares como ator político no caso brasileiro é desenvolver uma perspectiva mais diversificada sobre a questão dos chamados exércitos políticos. O envolvimento dos militares na política nacional é moldado por estratégias e interesses políticos promovidos de dentro das forças armadas. Eu salientei os elementos que constituem o ator político militar: a identificação com a nação e o Estado, a noção de que as forças armadas respondem pela missão histórica de garantir a ordem interna nas sociedades latino-americanas, de modo que o envolvimento na política, particularmente na tomada do poder de Estado pela força representa uma parte integrante e legítima da missão auto-atribuída dos militares, não raramente para defender a democracia contra ela mesma. Todavia, essa abordagem – recorrendo ao conceito dos militares como um “quase-partido” – corre o risco de supor uma unidade excessiva de objetivo estratégico de longo prazo entre os militares; ela também pressupõe uma homogeneidade básica dos militares como ator político.

As lições que eu procurei tirar do caso brasileiro contribuíram para corrigir essa possível predisposição. A formulação e a implementação de um projeto político militar bem definido provavelmente não representaram a força impulsora inicial por detrás do golpe de 1964. Ao invés disso, considerações mais estritamente corporativas – relacionadas à integridade e à hierarquia no interior das forças armadas – parecem ter provocado o golpe e instalado o regime. Uma vez os militares no poder, pode ter surgido um projeto claro, com base na tentativa e erro, de um ponto de vista *ex post*. Muito da dinâmica da ditadura resultou do faccionalismo intra-militar, no qual os moderados tenderam a dar prioridade à institucionalização e à legitimação, ao passo que os integrantes da linha-dura tenderam a defender uma marca mais repressiva do envolvimento político militar, devido à ameaça que percebiam à segurança interna. Houve, no interior do regime brasileiro, uma constante tensão entre os dois pólos, mas, ao mesmo tempo,

¹⁷ Ver relatos in *Veja* nº 895, 3 de outubro de 1985; *IstoÉ/Senhor* nº 1162, 8 de janeiro de 1992; ver também o depoimento do general Leonidas Pires Gonçalves in D'Araujo *et al.* (1995).

um tornou-se refém do outro, uma vez que nenhuma das duas facções ousou encenar uma ruptura, por medo de destruir a unidade final da corporação militar. Quando a oposição estava institucionalmente fraca e recorreu à rebelião armada, isso representou o prevalectimento da linha-dura e a canonização da lógica do terror de Estado. Depois da recomposição da sociedade civil e da ressurreição da oposição política, a facção moderada recuperou proeminência e estabeleceu novas formas de articulação com a oposição política civil durante a transição democrática. Essa transição, contudo, permaneceu motivo de controvérsias entre os militares, até o exato momento de o poder ser transferido à oposição civil.